



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO N.º 3/CES/2024

PROC/57/2024

PROGRAMA DE CONCURSO

Aquisição de serviços de elaboração de Estudo sobre “Economia da Longevidade em Portugal”

Cláusula 1.ª Identificação do objeto do procedimento

1. O presente concurso público, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, tem por objeto a aquisição de serviços de elaboração de estudo sobre “Economia da Longevidade em Portugal”, cujas especificidades e características técnicas se encontram mais bem definidas no Caderno de Encargos.
2. Os serviços, objeto do presente concurso, são classificados com o código 731100006, de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), correspondente à descrição de “Serviços de Investigação”, indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Cláusula 2.ª Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é o Conselho Económico e Social, pessoa coletiva n.º 600 034 380, com sede em Lisboa, na Rua João Bastos n.º 8, 1449-016, abreviadamente designado por CES, com endereço eletrónico <https://www.ces.pt>.

Cláusula 3.ª Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho da Secretária-Geral do Conselho Económico e Social, Teresa Cristina Vaz Fernandes, no dia 1 de julho de 2024, de acordo com as competências delegadas conferidas pelo Despacho N.º 1848/2024, de 8 de fevereiro, da Presidente do Conselho Económico e Social, publicado no Diário da República, 2.ª série, a 19 de fevereiro de 2024.



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Cláusula 4.^a Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento do concurso público são o anúncio, o presente programa de concurso e os seus anexos, bem como o caderno de encargos e os seus anexos.
2. O presente procedimento é tramitado, integralmente, na plataforma eletrónica Acin Gov, utilizada pela entidade pública adjudicante, com o seguinte endereço <https://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
3. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
4. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

Cláusula 5.^a Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência do júri do procedimento.
2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os/as interessados/as podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões, identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados que as tenham obtido, imediatamente notificados de tal facto.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 6.ª Concorrentes

1. São concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 7.ª Agrupamentos

1. A proposta pode ser apresentada por um agrupamento de concorrentes, constituído por pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento e integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Cláusula 8.ª Documentos integrantes da proposta

1. A proposta deverá integrar a Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos, anexa ao presente Programa do Concurso.



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

2. A proposta, para além da Declaração referida no número anterior, deve ainda vir instruída com os seguintes elementos:

- a) Documento de apresentação da equipa com indicação da área de formação e título académico;
- b) Comprovativos das publicações científicas em revistas não indexadas e indexadas à Web of Science e/ou Scopus;
- c) Coordenação e participação em projetos de investigação/estudos na área do concurso, com e sem financiamento competitivo;
- d) Publicações a solicitação de entidades públicas;
- e) Formulário (Anexo 2) ao Programa do Concurso, do qual faz parte integrante, devendo o mesmo ser submetido com a designação “Anexo_2PC_(designação da entidade).pdf”;
- f) Os campos do formulário, a que se refere a alínea e), devem ser preenchidos com a identificação clara dos elementos da equipa, das publicações científicas em revistas não indexadas e indexadas à Web of Science e/ou Scopus e dos projetos de investigação/estudos na área do concurso, com e sem financiamento competitivo referidos nas alíneas b) e c) da presente cláusula, não sendo admitidos formulários cujo preenchimento remeta para os currículos dos elementos da equipa;
- g) Nota justificativa do preço proposto;
- h) As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa aplicável, se for o caso;
- i) Condições de pagamento;
- j) Declaração de compromisso da equipa de investigação quanto à possibilidade de acesso a micro dados estatísticos (INE);
- k) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- l) Quaisquer outros documentos que se considerem indispensáveis à apresentação da proposta, nomeadamente, na parte relativa aos respetivos atributos;

3. A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada.

4. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos nos números 1 e 2 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato,



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.

Cláusula 9.^a Modo e prazo de apresentação das propostas

1. As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados na plataforma até às 23h59m do 20º dia a contar da data da publicação do anúncio do presente procedimento no Diário da República.
2. O prazo para apresentação das propostas é contado nos termos do artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado CCP.
3. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.

Cláusula 10.^a Abertura de propostas

1. O Júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

Cláusula 11.^a Idioma dos documentos da proposta

As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.

Cláusula 12.^a Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de sessenta e seis (66) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas, contados da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

Cláusula 13.^a Propostas variantes

1. Não é permitida a apresentação de propostas variantes.
2. O incumprimento do previsto no número anterior é fundamento de exclusão da proposta ou propostas variantes apresentadas, bem como da proposta base.



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Cláusula 14.^a Critério de adjudicação e modelo de avaliação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifatorial e de acordo com o modelo de avaliação anexo ao presente Programa de Concurso, do qual faz parte integrante (Anexo 1).
2. Não há lugar à adjudicação quando se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.

Cláusula 15.^a Documentos de habilitação

1. O/A adjudicatário/a deve entregar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Códigos dos Contratos Públicos, anexa ao presente Programa de Concurso;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas a), b), d), e) e i) do art.º 55.º do CCP;
 - c. Para efeitos de prova bastante de que o/a adjudicatário/a não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas a), b) e i) do referido art.º 55.º, é aceite a apresentação de certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido por autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontrem satisfeitos;
 - d. As entidades adjudicantes devem aceitar como prova bastante de que o/a adjudicatário/a não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas d) e e) do artigo 55.º um certificado emitido pela entidade competente;
 - e. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas anteriores ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas a), b) e i) do artigo 55.º, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo/a interessado/a perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado;
2. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
3. Quando, pela sua natureza, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o/a adjudicatário/a fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. O/a adjudicatário/a deve apresentar a reprodução dos documentos de habilitação, referidos no n.º 1, na plataforma.



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

5. Quando os documentos mencionados na alínea b) do n.º 1 se encontrem disponíveis na Internet, o/a adjudicatário/a pode, em substituição da sua apresentação ou reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Quando o/a adjudicatário/a tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa aos documentos referidos na alínea anterior, é dispensada a sua apresentação ou a indicação prevista no número anterior.
7. No caso de não emissão dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita perante autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.
8. A entidade adjudicante concede ao/à adjudicatário/a um prazo de 5 dias para suprimir as irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP.

Cláusula 16.ª Preço base

O preço base, para efeitos do presente procedimento, será de 60.000 EUR (sessenta mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 17.ª Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida prestação de caução ao/à adjudicatário/a.

Cláusula 18.ª Minuta e outorga do contrato

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao/à adjudicatário/a também em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo/a adjudicatário/a quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 102.º do CCP, nos três dias subsequentes à respetiva notificação.
3. O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

4. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo/a adjudicatário/a ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.

5. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao/à adjudicatário/a, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data, a hora e o meio eletrónico através do qual ocorrerá a outorga do contrato.

Cláusula 19.ª Notificações e comunicações

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Cláusula 20.ª Prevalência

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 21.ª Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Programa for omissa observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

A Secretária-Geral

Anexo 1 – Modelo de avaliação de propostas a que se refere a Cláusula 14^a do Programa do Concurso

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade multifatorial, densificado pelos fatores preço e constituição da equipa e de acordo com o seguinte modelo de avaliação das propostas:

$$P = Pr * 25\% + Eq * 75\%$$

Em que:

P = Pontuação obtida

Pr = Preço

Eq = Equipa

i. Densificação do subfactor Preço (Pr)

Fatores	Pontuação
Preço <= 60.000,00 €	Pontuação = $[(PB - PP) / PB] * 100$
Preço > 60.000, 00 €	Exclusão da Proposta

Em que:

PB = Preço Base

PP = Preço Proposto

ii. Densificação do subfactor Equipa (Eq):

Constituição da Equipa responsável pela elaboração do estudo:

- a) Para além das áreas de formação obrigatórias, indicadas no número 2 da Cláusula 8^a do Caderno de Encargos (Economia e Estatística), são ainda valorizadas as áreas formação indicadas no ponto 3 da mesma Cláusula (Sociologia e Finanças), o número de doutorados/as, o número de publicações científicas em revistas indexadas/não indexadas, a coordenação e participação em projetos de investigação/estudos na área do concurso com/sem financiamento competitivo e publicações a solicitação de entidades públicas, do seguinte modo:



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Fatores	Pontuação	
Áreas de formação valorizáveis	0	0 pontos
	1	10 pontos
	2	20 pontos
Doutorados/as	0	0 pontos
	1-2	10 pontos
	>=3	20 pontos
Publicações científicas em revistas não indexadas	0	0 pontos
	1-9	5 pontos
	>=10	10 pontos
Publicações científicas em revistas indexadas	0	0 pontos
	1-9	10 pontos
	>=10	20 pontos
Coordenação e participação em projetos de investigação/estudos na área do concurso, com/sem financiamento competitivo	0	0 pontos
	1-9	10 pontos
	>=10	20 pontos
Publicações a solicitação de entidades públicas	0	0 pontos
	1-2	10 pontos
	> =3	20 pontos

As propostas serão ordenadas de forma decrescente a partir da considerada economicamente mais vantajosa, após a aplicação do critério de adjudicação densificado pelos fatores apresentados.



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Anexo 2 - Formulário de apresentação de proposta

Anexo 2 -Programa do Concurso
Formulário de apresentação de proposta
(a que se refere a alínea e) do nº 2 da Cláusula 8ª)

Identificação do Concorrente	
Denominação Social	(preencher)
NIF	(preencher)
Densificação do Subfactor Equipa	
Áreas de formação obrigatórias	Identificação do(s) Elemento(s) da Equipa
Economia	
Estatística	
Área de formação Valorizável	Identificação do(s) Elemento(s) da Equipa
Sociologia	
Finanças	
Doutorados (área)	Identificação do(s) Elemento(s) da Equipa
Publicações científicas em revistas indexadas Referências Bibliográficas Base de Dados Referenciais	Identificação do(s) Elemento(s) da Equipa
Publicações científicas em revistas não indexadas Referências Bibliográficas	Identificação do(s) Elemento(s) da Equipa
Coordenação e participação em projetos de investigação/estudos na área do concurso, sem financiamento competitivo	Identificação do(s) Elemento(s) da Equipa
Coordenação e participação em projetos de investigação/estudos na área do concurso, com financiamento competitivo	Identificação do(s) Elemento(s) da Equipa
Publicações a solicitação de entidades públicas	Identificação do(s) Elemento(s) da Equipa



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Anexo I do Código dos Contratos Públicos

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Anexo II do Código dos Contratos Públicos

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º